

**Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Faculdade de Educação
Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos e
Educação de Privados de Liberdade**

Adriana Prates Tavares

O agente socioeducador no espaço do Centro de Convivência da Fundação de Atendimento Sócio-Educativo-FASE/RS: diferentes concepções de uma mesma atuação.

Porto Alegre, novembro de 2011.

**Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Faculdade de Educação
Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos e
Educação de Privados de Liberdade**

Adriana Prates Tavares

**O agente socioeducador no espaço do Centro de Convivência da Fundação de
Atendimento Sócio-Educativo-FASE/RS: diferentes concepções de uma
mesma atuação.**

Porto Alegre, novembro de 2011.

“Não sei se a vida é curta ou longa para nós, mas sei que nada do que vivemos tem sentido, se não tocarmos o coração das pessoas. Muitas vezes basta ser: colo que acolhe, braço que envolve, palavra que conforta, silêncio que respeita, alegria que contagia, lágrima que corre, olhar que acaricia, desejo que sacia, amor que promove. E isso não é coisa de outro mundo, é o que dá sentido à vida. É o que faz com que ela não seja nem curta, nem longa demais, mas que seja intensa, verdadeira, pura enquanto durar. Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina”.

Cora Coralina

AGRADECIMENTOS

Neste momento que finalizo mais uma etapa na minha formação, algo de inubíavel relevância, de um lado o aprofundamento do reconhecimento do cotidiano laboral, de outro lado, a luta pela educação no espaço de privação de liberdade, campo de atuação e preocupação da autora. Sendo assim, cabe agradecer aos que auxiliaram na construção deste processo.

Agradeço:

Ao Pedro, meu filho, por me propiciar sempre um sorriso grande e cativante, mesmo eu ficando horas e horas ausentes.

Ao Juliano, meu marido, amigo e acima de tudo companheiro por propiciar intensos diálogos frente à temática e pelo auxílio na formatação e mídia digital.

Aos meus pais Tavares e Osmilda, que em nenhum momento da minha vida soltaram a minha mão.

Ao Salomão, meu irmão, pela paciência e Fé, nas minhas realizações.

Aos amigos e colegas Hércules, Rodrigo, Neiva, Najara, por me aconselharem de maneira sadia.

Em especial, ao mestre Janilson, pela dedicação nas últimas horas.

Em profundo agradecimento a Doutora Sandra de Deus, por me fortalecer.

A professora Aline Cunha, que me orientou neste trabalho, pela imensa dosagem de bom senso, dedicação, pela fibra, pelo profissionalismo, pela educação, pela paciência e por sempre ter acreditado que seria possível finalizar.

Ao Programa de Pós Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, e seus parceiros por pensarem e concretizarem a 1ª

TURNA em Educação de Jovens e Adultos e Educação de Privados de Liberdade, dando acesso ao aprofundamento e sistematização dos temas.

A instituição FASE, por viabilizar o acesso à pesquisa.

Ao espaço CECON, pela construção do fazer profissional.

Aos colegas dos CASES, que gentilmente participaram da pesquisa e tornando factível a finalização desta.

A Josiane Mônaco e Alex Dias pelo empréstimo de materiais e discussões sobre o ambiente pesquisado.

E aos colegas do CECON, sujeitos baluartes do estudo, pela disponibilidade e confiança dedicada a minha pesquisa.

RESUMO

Este estudo buscou relacionar a dinâmica de trabalho dos servidores da Fundação de Atendimento Sócio-Educativo FASE/RS, a um dos programas realizado na mesma, sendo este o Centro de Convivência - CECON, espaço de abordagem pedagógica para adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa que objetiva também uma interação com os familiares dos jovens, assim como com os funcionários da Fundação e a comunidade em geral. A pesquisa foi fundamentada em uma metodologia de pesquisa qualitativa. Buscou apoio referencial nas Leis e Regimentos do Estado e da instituição, bem como nas teorias freireanas e outros referenciais das áreas de educação e educação social, para explicar os movimentos decorrentes do laboro efetuado naquele Centro. Ao longo de um ano e meio, a pesquisa apurou que as relações trabalhistas são sazonais no que tange a uma política de união, entretanto remanesceu o grau elevado do comprometimento da equipe com os adolescentes sujeitos do cotidiano laboral. Também tornou evidente a necessidade do CECON em melhorar a sua autoimagem diante da Fundação, pois pouco se sabe do que efetivamente é realizado no local. Por fim a contribuição do estudo foi possibilitar uma releitura das ações e, sobretudo buscou refratar o distanciamento de um colega ao outro, pois os agentes em sua maioria trabalham sobre um mesmo prisma: Sócio Educar.

Palavras-chave: atendimento socioeducativo, adolescentes, CECON-FASE, relações de trabalho.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CASE - Centro de Atendimento SocioEducativo

CECON - Centro de Convivência

DSE - Diretoria SocioEducativa

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

FASE - Fundação de Atendimento Sócio-Educativo

ICPAE - Internação Com Possibilidade de Atividade Externa

ISPAE - Internação Sem Possibilidade de Atividade Externa

MSE - Medidas SocioEducativas

PCN's - Parâmetros Curriculares Nacionais

PEMSEIS - Programa de Execução de Medidas Sócio-Educativas de Internação e Semiliberdade do Rio Grande do Sul

SINASE- Sistema Nacional de Atendimento SocioEducativo

STJD - Secretaria de Justiça e dos Direitos Humanos

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO: BREVE PANORAMA	13
2.1 PRINCÍPIOS NORTEADORES DO ESPAÇO CECON	16
2.2 CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO DO CECON	17
3 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS: ESTUDOS REALIZADOS.....	19
3.1 SÓCIO e EDUCAR: REFLEXÕES E CONTRIBUIÇÕES.....	19
4 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS	26
4.1 FORTALEZAS E FRAQUEZAS ATRAVÉS DOS DIÁLOGOS COM OS EDUCADORES	29
4.2 OUTRA ABORDAGEM: DISCUSSÕES COM OS AGENTES SOCIOEDUCADORES DO CASE E DO CECON	34
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	41
ANEXOS	43

1 INTRODUÇÃO

Minha trajetória acadêmica teve início em 2001 quando ingressei na universidade. Na época, com algumas dúvidas, a ponto da insegurança emergir. Mas o meu desejo, o gosto, a inclinação para os processos educativos, fizeram com que eu escolhesse iniciar o curso superior de licenciatura em Pedagogia, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. Pela descrição do curso, acreditei ser aquele caminho que eu deveria percorrer. O entusiasmo e a inquietação do novo contagiavam-me. Logo, na tentativa de equilibrar os meus anseios, procurei suporte nas leituras e seminários referentes à área.

Atraída e sensibilizada, percebi a importância de aprofundar estudos na esfera da educação que se propusessem a tratar do cuidado da criança e do adolescente – área que aos poucos percebi ter maior afinidade. Imersa nos cursos de curta duração e debates, esta dedicação possibilitou-me construir uma postura mais reflexiva frente à minha prática pedagógica e, posteriormente, laboral, descortinando contrapontos entre a vivência e os estudos. Conheci, através do estudo dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), uma proposta inovadora e abrangente, que expressa o empenho em criar novos laços entre a educação e a sociedade e apresenta ideias sobre “o que ensinar”, “como ensinar” e “para que ensinar”. Já o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) veio ao meu encontro como uma possibilidade de transformação. Muitos estudos foram dando-me suporte os quais me levaram a “navegar em águas mais profundas”. Estes estudos proporcionaram uma ânsia em por em prática estes conhecimentos. Foi a partir deste desejo que me organizei para dar mais um passo ao encontro do ensino, da profissão que já firmava em minha mente como um desejo de profissionalização. A troca do campo comercial para o campo educacional deu-se em 2004.

Concomitante a iniciação acadêmica, no ano de 2002, prestei seleção pública para trabalhar na Fundação de Atendimento Sócio-Educativo¹ (FASE) e comecei a atuar no cargo de Monitora, no ano de 2004. Naquele momento, os significantes aprendizados, até

¹ O prefixo sócio não é separado por hífen quando aglutinado a palavra. Neste trabalho, no entanto, manteremos com hífen quando se referir à medida – sócio – educativa (MSE) advindo da grafia presente no documento ECA. Nas demais situações serão feito o uso correto.

então adquiridos na minha trajetória acadêmica, oportunizaram a conciliação entre a teoria e a prática. Vivência que proporcionou uma sólida formação teórico-metodológica que me permitiu leituras críticas das diversas teorias que buscam compreensões sobre as realidades, possibilitando um direcionamento científico para a identificação e resolução de problemas ligados à organização e gestão educacional. O aprender é um processo infinito e nunca podemos nos contentar somente com o que já possuímos.

Mesmo diante da realidade, buscar novos conhecimentos é de suma importância em perceber que no cotidiano trabalhista, divido os espaços com multiprofissionais, que envolvem psicólogos, pedagogos, cozinheiros, assistentes administrativos e na área da saúde, entre outros, tendo todas as exigências de atuação: os adolescentes. Pensar à adolescência é considerar que os jovens estão vivenciando uma fase de transição do amadurecimento juvenil, período coberto por transformações, cujo ensino requer inúmeras atenções, e não bastando tais características, agrega-se a estes jovens à privação de liberdade. Neste contexto refletir sobre esta dinâmica requer elementos científicos para alicerçar o exercício.

Motivada, passei a levantar dados qualitativos, efetuando análises para elaborar o meu Trabalho de Conclusão de Curso da Graduação. Quanto mais efetivo era o trato com estes jovens, maior era o meu comprometimento com o papel de monitora e estudante de Pedagogia. Todo este praticar tornou-se o meu lenitivo.

Com base em minha trajetória, já durante o Curso de Graduação, percebi a necessidade de elucidar os fundamentos que norteiam a educação de jovens e adultos. Trazendo este recorte para o envolvimento da diversidade, pluralidade, identidade, do processo socioeducativo, realizado na FASE, tornou-se mais evidente ainda esta questão.

Buscar a valorização das questões éticas, lúdicas e didáticas no contexto do exercício profissional, em âmbitos escolares e não-escolares, articulando o saber acadêmico, a pesquisa, a extensão e a prática educativa, são minhas fontes de pesquisa e inspiração, para unir não somente a teoria e a prática, mas o movimento da ação. Percebi a necessidade de buscar conhecimentos para melhorar e explorar os pontos nos quais as dúvidas permeiam o campo teórico

A finalidade real da pesquisa é de complementação científica para um melhor

direcionamento das concepções pedagógicas, no que tange a valorização do ser humano, dando-lhe melhores subsídios de entendimento laboral.

Assim sendo, necessito permanecer pesquisando, para tentar mitigar o processo de transmissão entre o conhecimento científico e a inter-relação já estabelecida no recinto de trabalho, ou seja, no espaço pedagógico tão relevante para mim.

São estas as razões, que me levaram a buscar a especialização do Programa de Pós-Graduação em Educação de Jovens e adultos e Educação de Privados de Liberdade da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; e também pela excelência do corpo docente, o que refletiu à qualidade do curso.

Nesta circunstância optei por uma pesquisa no ambiente onde desempenho minhas tarefas laborais, com o desejo de transpor o contexto em que se situa o próprio trabalho, o que "incomoda" e o que "desacomoda". Trata-se de um estudo sobre a perspectiva situacional do agente socioeducador (co)relacionando-a, numa perspectiva dialética, com as aprendizagens adquiridas nas disciplinas do Curso de Pós-graduação.

Refere-se, portanto, à necessidade de conhecer qual a percepção de si e do seu trabalho, presente nas falas e nas ações que foram passíveis de observação, entre os trabalhadores do CECON e, para fomentar a problematização, foram elencados quais os sentidos do trabalho deste Centro na visão dos agentes socioeducadores que atuam na Internação sem possibilidade de atividade externa (ISPAE). Ao contextualizar a história do local tem-se a oportunidade de demonstrar como é desenvolvido o trabalho no Centro de Convivência - CECON: as interações educador-educador e as estratégias de aprendizagens. Sobretudo, elencar a tipologia da população atendida e conhecer as visões que os profissionais que não fazem parte do contexto CECON têm do sistema socioeducativo e dos serviços prestados.

Vê-se a importância do ato de analisar a imagem dos profissionais e do próprio CECON, diante dos agentes socioeducadores que trabalham nas unidades que atendem os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa sem possibilidade de atividade externa (ISPAE). Ter acesso à compreensão do mosaico das relações na FASE, das atividades desenvolvidas pelos que lá trabalham, pode contribuir para um conhecimento mais refinado de seus processos identitários como profissionais. |

Esta percepção aflorou-se e foi fomentada no conjunto das aprendizagens adquiridas ao longo do semestre². Sobre: sociedade/educação/escola/trabalho, educação crítica e a relação homem-natureza, sociedade e cultura, tendo como base o trabalho como princípio educativo. E junto ao público alvo da pesquisa, ou seja, Equipe CECON, foi possível conhecer algumas das relações estabelecidas no trabalho socioeducativo neste ambiente, através do levantamento e relatório feito pela EPR³.

Para tal, percebe-se que são fenômenos que se relacionam, merecendo desmembrarmos tais representações. Dessa forma, justifica-se a necessidade de compartilhar, divulgar e esclarecer á Fundação sobre os elementos de funcionamento do Centro de Convivência, desta maneira penso que poderemos ampliar a visão e qualificar a imagem do CECON.

A pesquisa, a qual se refere este trabalho, foi realizada da seguinte forma: primeiramente foi realizada uma revisão bibliográfica sobre os temas socioeducação, Estatuto da Criança e do Adolescente e dos Documentos que regimentam a FASE e o CECON. Partindo desta revisão, iniciaram-se as conversas com os colegas a fim de problematizar as relações de trabalho no ambiente socioeducador, permitindo a seguinte estruturação:

- No primeiro capítulo, há um breve panorama da instituição FASE/RS;
- A partir do segundo capítulo, vislumbra-se o apontamento das características do espaço CECON;
- O terceiro capítulo pauta uma dialética entre os pressupostos metodológicos e o espaço CECON;
- Dentro do quarto capítulo, discorre-se acerca dos relatos e conclusões dos sujeitos envolvidos na pesquisa frente ao Centro de Convivência;
- O quinto capítulo aborda as conclusões do estudo, não caracterizando um fim em si, mas aberto a pensarmos a respeito do cotidiano laboral.

2 Semestralidade referente ao Programa de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos e Educação de Privados de Liberdade da Universidade Federal do Rio Grande do Sul no período de 08/04/2010 a 21/12/2011.

3 Propostas e levantamentos aferidos mediante assessoria da EPR – Empresa de Consultoria Junior da Universidade Federal do Rio Grande do Sul constituída por graduandos do curso de Engenharia da Produção.

2 FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO: BREVE PANORAMA

A FASE/RS é órgão do Governo do Estado, vinculada à Secretaria de Justiça e dos Direitos Humanos (STJD). Foi criada a partir da Lei Estadual nº 11.800, de 28 de maio de 2002, e do Decreto Estadual nº 41.664–Estatuto Social, de 6 de junho de 2002, consolidando o processo de reordenamento institucional iniciado com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), o qual também provocou o fim da antiga Fundação do Bem-Estar do Menor (Febem) ⁴.

A Fundação norteia seu trabalho em consonância aos ditames preconizados pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), sendo um projeto de lei que prevê normas para padronizar os procedimentos jurídicos para os adolescentes em conflito com a lei, que vão desde a apuração do ato infracional até a aplicação das medidas socioeducativas e pelo Programa de Execução de Medidas Socioeducativas de Internação e Semiliberdade – PEMSEIS, que consiste na sistematização das orientações técnicas e diretrizes balizadoras da intervenção institucional no atendimento ao adolescente privado ou restrito de liberdade. Com principal objetivo de viabilizar a uniformização dos procedimentos efetuados na unidade de internação ou semi-liberdade no Rio Grande do Sul.

A FASE apresenta uma política, socioeducativa que se constitui como uma política pública destinada à inclusão de adolescentes que cometeram atos infracionais. O programa da FASE está organizado em duas linhas de atendimento: o processo de execução de internação e o de semiliberdade. Dentro da execução de internação, o adolescente pode cumprir a medida de ICPE - interno com possibilidade de atividade

⁴ A Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor do Estado do Rio Grande do Sul - FEBEM/RS - foi criada em 1969 pela Lei 5.747/69, e tinha por finalidade propor e executar, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, políticas para prestar assistência aos "menores carentes e abandonados", bem como dar consequência às decisões proferidas pela Justiça de menores com relação aos então considerados menores infratores. O advento do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei 8.069/90), no início da década de 90, impôs a necessidade de reordenamento dos órgãos públicos e entidades da sociedade civil que atuam na área da infância e juventude, com vistas à adequação aos novos paradigmas conceituais e legais de atenção a esta população. Na FEBEM/RS, este processo, iniciado, em 1995, vem evoluindo ao longo das gestões da Fundação. No final de 1999 a área de proteção especial foi transferida para a Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, definindo o papel da Fundação no sistema de atendimento, como o órgão responsável pela execução das medidas sócio-educativas de **Internação** e **Semiliberdade**. (PEMSEIS, 2001, p.18.)

externa - ou de ISPAE - interno sem possibilidade de atividade externa.

Segundo Branco e Wagner (2011), no Rio Grande do Sul, os adolescentes infratores são julgados por um juiz da Infância e da Adolescência e podem ser condenados à medida socioeducativa. O filósofo Mário Volpi (1997), esclarece que o adolescente ao ser julgado pelo ato infracional, obedecerá a uma legislação especial (referindo-se o ECA), de acordo com Art. 112, esta legislação prevê as seguintes medidas socioeducativas aos jovens autores de atos infracionais:

- I. Advertência;
- II. Obrigação de reparar o dano;
- III. Prestação de serviço à comunidade;
- IV. Liberdade assistida;
- V. Inserção em regime de semiliberdade;
- VI. Internação em estabelecimento educacional;

Sendo esta última determinação, a ser cumprida na Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (FASE). As medidas socioeducativas (MSE) têm natureza sancionatória e conteúdo prevalentemente pedagógico, conforme estabelece o art. 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Dessa forma propiciam ao jovem que cometeu um ato infracional não somente uma reação punitiva da sociedade ao delito por este cometido, mas também contribuem para seu desenvolvimento como pessoa e cidadão.

Neste processo, em meados de 2002, a Fundação aprovou seu Regimento Interno, arcabouço de seus princípios estabelecidos sob a égide da Lei nº. 11.800. Neste mesmo viés, com objetivo de tornar-se viável a execução das MSE, estruturou-se a edificação da Diretoria SocioEducativa (DSE), responsável por gerenciar os ditames guarnecidos sob este prisma.

São competências e atribuições da DSE, seção V, Art. 17:

- I - operacionalizar os serviços e programas relativos à execução das medidas sócio-educativas de internação e semiliberdade, no âmbito estadual, nas Unidades de Atendimento;
- II - elaborar, acompanhar e avaliar as diretrizes da execução das medidas sócio-educativas de internação e semiliberdade nas Unidades de Atendimento;
- III - contribuir com o trabalho desenvolvido nas Unidades de Atendimento para

favorecer a implantação, implementação e padronização previstas no Programa de Execução de Medidas Sócio-Educativas de Internação e Semiliberdade - PEMSEIS -, visando atingir níveis de eficiência e qualificação nos atendimentos prestados aos usuários do sistema;

IV - planejar e organizar as ações e intervenções definidas no Programa de Execução de Medidas Sócio-Educativas de Internação e Semiliberdade - PEMSEIS;

V - planejar e organizar o acompanhamento de egressos;

VI - efetuar a elaboração dos Programas de Atendimento das Unidades integrantes do sistema;

VII - garantir o desenvolvimento de ações nas áreas de saúde, educação, cultura, lazer, esporte, espiritualidade e trabalho educativo, com vista à reinserção social;

VIII – substituir o Presidente, observado o disposto no artigo 14 deste Estatuto;

IX - apresentar à Direção-Geral relatório semestral de atividades com diagnóstico da área de atuação e plano de trabalho, visando a elaboração e acompanhamento do planejamento estratégico da Fundação;

X - monitorar com frequência a estrutura organizacional da Diretoria Sócio-Educativa, propondo, quando for o caso, as adaptações e adequações necessárias ao seu aperfeiçoamento para garantir o inter-relacionamento das áreas técnicas da FASE;

XI - executar outras atribuições que lhe forem designadas pela Presidência.

Neste excerto, acolhe-se o inciso VII, com vista de garantir o desenvolvimento de tais ações originou-se o Centro de Convivência (CECON), entre outros trabalhos. Cabe, descrever que A FASE/RS possui atualmente 13^º unidades de internação (uma de internação provisória e 12 de internação) e 10 de semiliberdade (Ver tabela anexa). As unidades de semiliberdade, exceto uma de Santa Maria e outra de Caxias do Sul, são conveniadas. O CECON não é uma unidade, encontrando-se ligado à Diretoria Sócio-Educativa atende adolescentes em ICPAE das unidades de Porto Alegre.

2.1 PRINCÍPIOS NORTEADORES DO ESPAÇO CECON

O Centro de Convivência é um espaço engendrado para o funcionamento de cursos artesanais, informática, som, imagem e técnicas de culinária. Originou-se, a partir da necessidade da DSE, em dispor um local para a efetivação das aulas, caracterizando-se como um dos Programas da Fundação de atendimento Sócio-Educativo - FASE/RS, foi implementado em novembro de 2006. Idealizado para garantir o acesso dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas com possibilidade de auidades externa - (ICPAE), em um ambiente propício para ações pedagógicas, educacionais e profissionalizantes, sob a forma de oficinas. Este atendimento prioriza os adolescentes do sistema FASE, oriundos das unidades de Porto Alegre.

Recentemente com o auxílio da EPR, construímos as bases do planejamento estratégico do CECON. Tal construção foi de suma importância, pois reordenou nossos olhares e configurou-se em um relatório, onde ficaram mais visíveis as seguintes características do local:

Missão do Cecon

“Gerar, sediar, coordenar e executar oficinas de cunho cultural, educativo, de preparação para o mercado de trabalho e profissionalização na busca do aprimoramento e qualificação do atendimento prestado aos adolescentes com medida de internação na Fase-RS.”

Visão do Cecon

“Ser referência nacional no atendimento de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas na FASE-RS capacitando, profissionalizando e ressocializando os mesmos, a fim de promover o resgate da auto-estima e da cidadania.”

Valores do CECON

“Contemplamos os valores da FASE, salientando e acrescentando: Respeito, ética, responsabilidade, determinação, comprometimento, trabalho em equipe”.

FONTE: Relatório da EPR (2011).

2.2 CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO DO CECON

Para a execução do trabalho contamos com cerca de quinze profissionais, divididos em diferentes áreas, tendo: uma diretora, dois instrutores, um cozinheiro e onze agentes socioeducadores. Sendo as atividades caracterizadas como: Oficina de Sabonetes, Velas, Jovem Gourmet, Lanches Rápido, Confeitaria, Pintura em Tecido, Pintura em Gesso, Concreto Celular, Banda de Pagode - musical, Informática, Marcenaria, Rádio, Chapeação e Solda, e Cerâmica.

As oficinas, ocorrem de segunda a sexta-feira, das 9h às 11h30min e das 14h às 16h30min. Atendem em ambos os turnos aproximadamente 35 adolescentes. Dois dos agentes socioeducadores não ministram oficinas, pois são responsáveis pela mediação do CECON com as outras unidades, ou seja, pela manutenção do ingresso dos adolescentes nas atividades. Os demais funcionários que atuam neste ambiente estão inseridos na proposta de atender através das oficinas.

O ápice do trabalho realizado no consenso de todos que socializam o espaço é a "Quinta Cultural" Com o objetivo principal de propiciar o acesso à cultura, lazer e esportes, que se dará através de palestras, filmes, teatro, música, exposição de artes, cinema, shows, esportes, visitas a instituições culturais, educacionais e científicas da nossa cidade. Este contato com atividades culturais tem como foco proporcionar aos adolescentes a possibilidade de exploração do seu alto conhecimento, através das suas necessidades em compreender o mundo, dando "voz", capacidade de comunicação e expressão, vendo-se como ser social e interagindo com os seus pares, com o corpo funcional, com a família e com a comunidade em geral.

O projeto "Quinta Cultural" foi pensado para atender a demanda no que tange as ações voltadas para emergir a participação do adolescente que frequentam o CECON, pois as demais propostas organizadas metodologicamente em forma de oficina têm em seu cronograma as atividades "fechadas", ou seja, o jovem quando chega é apresentado aos cursos e estes já são informados de como é o funcionamento. Entretanto, na 5ª Cultural, tem uma abordagem diferenciada, pois não está com a sua programação fechada ao longo do ano, ela construída juntamente com as curiosidades que os adolescentes vêm

apresentando e, sobretudo, eles também têm o comprometimento em operacionalizar o processo das atividades que ocorrem juntamente com os funcionários, o movimento surge na ordem: adolescente, agentes e CECON. Ou seja, de maneira horizontal caracterizando-se em um “elo” entre os “elos” para firma as práticas trabalhadas.

Nesta prática pode-se destacar-se o evento do “Baile de Carnaval” realizado no Asilo Padre Cacique em Porto Alegre, nos anos de 2010 e 2011. A ideia surgiu a partir do questionamento dos jovens frente à curiosidade dos mesmos “do que seria aquele espaço” e “quem vive lá”. Sendo assim, foi contextualizada para o grupo a história do Asilo. Após as primeiras conversas, emergia a necessidade de visitarmos os moradores do local. “E por que não levarmos um pouco de interterimento a eles”? Foi um dos primeiros movimentos a respeito do “Baile”. A visita ocorreu, após um contato com a instituição (estes nos receberam de braços aberto e toparam a novidade do folclore). A entrega dos adolescentes nesta envernada nos pegou de surpresa, pois cresceu tanto que foi confeccionado alegorias, fantásias⁵ e como bom desfile do carnaval, com direito a Samba Enredo⁶: “Drogas tô fora e Pah!”.

Ao longo do ano de 2010, tivemos outros eventos promissores tais como: I Vernissage do CECON – com apresentação de artistas plásticos e com exposição dos trabalhos produzidos pelos adolescentes realizados no CECON e unidades de Porto Alegre, tal evento foi apontado em Brasília⁷. A presença da Dra. Daniela Azambuja, ginecologista, a qual esclareceu aos jovens e demais presentes na palestra a respeito de doenças venéreas, métodos contraceptivos entre outras dúvidas referentes ao corpo feminino e masculino. A presença da ativista Neusa Zoch, dos “Lanceiros Negros”, palestrou sobre o a temática: “Valores da Vida” abordou tais assuntos: direitos humanos, escravidão, presença negra no Estado e suas contribuições na construção do mesmo, doenças mais frequentes na população negra, Falou da “luta dos lanceiros negros: “é lembrar-se de um passado de “sofrimento” que deve ser convertido em “luta” e em “políticas públicas”.

⁵ Figurinista: instrutora em artes do CECON, senhora Terezinha Pires.

⁶ Autor: oficineiro do CECON, senhor Odair Nunes.

⁷ Relatório avaliativo referente à espesão de (fev/2011) da internação de adolescentes em conflito com a lei – Direito da Criança do Conselho Nacional de Justiça – CNJ. Publicou: “mas os gaúchos têm algumas boas notícias. Há bons investimentos em unidades de semiliberdade e em **Centros de Convivência**, onde são realizadas oficinas, atividades lúdicas e cursos profissionalizantes para internos de diversas unidades.”. Visitado em 20/08/2011.

3 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS: ESTUDOS REALIZADOS

Trazer diálogos com autores que alimentam nossos anseios a frente da problemática que nos acompanha, ao realizar-se um estudo científico é de suma importância. Nesta dinâmica encontraremos uma conversa do cotidiano acerca da socioeducação e um recorte das implementações das Políticas Públicas para descrever o jovem incurso autor de ato infracional, tendo em vista o desafio emancipatório da juventude em situação de privação de liberdade e a relevância de se refletir sobre o profissional deste segmento.

3.1 SÓCIO e EDUCAR: REFLEXÕES E CONTRIBUIÇÕES

Explanar a socioeducação não é tarefa fácil, especialmente por andarmos em um território com menos referenciais teóricos do que desejávamos, entretanto e isso que se propõem aqui, traçar um breve diálogo á frente da temática, longe de apurarmos respostas fechadas, mas sim, aberto ao exercício de pensarmos a respeito.

Ao abordarmos o tema, fazemos menção aos jovens, atores de ato infracional. Ao descrevermos o ato infracional, podemos dizer que corresponde a um ato condenável, de desrespeito às leis, a ordem pública, aos direitos dos cidadãos ou ao patrimônio, cometido por adolescentes. Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, art. 103), “considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal”, sendo que a esta refere-se aos menores de 18 anos.

E segundo Ferreira (2007):

Assim toda a infração prevista no Código Penal, na Lei de contravenção Penal e Leis Penais Esparsas (ex: lei de tóxico, porte de arma), quando

praticada por uma criança ou adolescente corresponde a um ato infracional.

Ao contextualizar a temática, conforme Oliveira (v.13 n°4), a problemática do adolescente infrator começa a ser mencionada no código de 1927, onde foram sedimentadas legalmente a idéia de correção a qual deveriam ser submetidos crianças e adolescentes, considerados como menores. Em 1941, a idéia de correção aparece acompanhada de caráter assistencial, justificando a criação de instituições de recolhimento, se consolidando no campo de proteção e bem estar social de crianças e adolescentes.

A aplicação de um estatuto da criança e do adolescente em 1990 tornou-se de extrema importância para todas as criança e adolescentes, pois nele, os atos praticados por estes passaram a ser considerados como categoria jurídica.

A partir desse ponto, os adolescentes passam a ser considerados sujeitos dos direitos como estabelecido na Doutrina da Proteção Integral, onde o adolescente deixa de ser objeto de direitos e transforma-se em sujeito de direitos, tendo acesso irrestrito e privilegiado a justiça. Conforme Volpi:

Essa conceituação rompe a concepção de adolescente infrator como categoria sociológica vaga implícita no antigo código de menores, concepção que, amparando-se numa falsa eufemística ideologia tutelar (doutrina da situação irregular), aceitava reclusões despidas de todas as garantias que uma medida de tal natureza deve necessariamente incluir e que implicavam uma verdadeira privação de liberdade. (1997, p.15)

Neste universo após a transição da FEBEM para FASE dentro do processo de reordenamento institucional decorrente da promulgação do ECA, a Fundação por sua vez, surgiu para atender e romper com as disparidades do atendimento social do privado de liberdade.

Amparada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e seguindo tal linha, citemos o Capítulo IV - Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer, onde, ilustra:

[...]

Art. 53 - A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - direito de ser respeitado por seus educadores;

III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;

V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

[...]

Parte da população infante/juvenil não é atendida neste direito básico, sendo lamentável quando as vias de acesso dão-se através do sistema socioeducativo. Criando uma contradição, a educação, que tem em sua gênese a libertação por meio do conhecimento, neste contexto, é efetuada na privação. Restringindo-se ao espaço de educação em ambientes privativos de liberdade, emerge a questão: Como desenvolver práticas educativas e metodologias inovadoras em tal regime?

Descrever os prospectos dos deveres subtraídos da trajetória destes jovens e elencarmos a falta da saúde, do lazer, da cultura, da profissionalização e, não menos importante que os demais, a educação.

Pensar na educação é considerar uma historicidade ampla e vasta em suas conceituações e segmentos, ocorrendo em múltiplos âmbitos e níveis. Dentro da linha de tempo, vamos vislumbrar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu capítulo II, onde se refere aos princípios e fins da educação: "A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação plena para o trabalho". Art. 205.

Deste modo na tentativa de equacionar as distintas modalidades de educação, podemos situar o trabalho efetuado em dois pólos: quando é concernente à escolarização tutelada pelos recursos docentes do Estado, referimo-nos a educação formal; ao se eleger os preceitos ético-morais, profissionalizantes, lúdicos e comportamentais, fora do espaço formal escolar, chamamos de educação não formal, o qual ocorre no ambiente chamado Centro de Convivência (CECON). Ao abordamos o termo educação não formal, cabe

descrever conforme Gohn (2008), que na sua visão o conceito surge a partir dos movimentos sociais ao longo do tempo:

A educação não formal designa um processo com quatro campos ou dimensões, que correspondem a suas áreas de abrangência. O primeiro envolve a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos [...] o segundo, a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio de aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades. O terceiro, a aprendizagem e o exercício que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários. O quarto e não menos importante, é a aprendizagem dos conteúdos da escolarização formal, em formas e espaços diferenciados. (GOHN, 2008, p. 98)

Neste viés o pedagogo Antônio Carlos Gomes da Costa (2006) abraça a idéia da existência de um meio de atender, no sistema, com características que contribuam para o desenvolvimento pessoal e social do adolescente. A FASE, ao destinar um local que viabilize tal desenvolvimento, proporciona uma ferramenta a qual “é a concretização do princípio da incompletude institucional no internato, que busca torná-lo mais arejado e permeável às contribuições externas e tem o sentido de contrabalançar e impedir a institucionalização total do educando”. (Costa, 2006, p. 32.)

O SINASE elenca a necessidade de haver um elo entre família, comunidade e sistema, ao citar no item 6.3.6.1. que: “Comum a todas as entidades e/ou programas que executam a internação provisória”, no seu 11º tópico, estes devem:

Prever na metodologia da abordagem comunitária dos programas de atendimento socioeducativo minimamente: espaços de convivência e participação em atividades de lazer, esporte e cultura com a vizinhança; participação da comunidade nos espaços do programa socioeducativo; divulgação das ações do programa nos meios de comunicação comunitária. (p, 74.)

O CECON vem, neste universo, para trazer a comunhão, engajado em um processo de responsabilidade social, mediante projetos educacionais direcionados aos adolescentes que cumprem medida socioeducativa, com a meta de contribuir efetivamente no desenvolvimento dos educandos. Para as educadoras Maria Craidy e Liana Lemos (2001) que descrevem: [...] Quando se fala em medidas socioeducativas, em

vez de se falar em penas, para os que cometeram ações consideradas ilegais, está implícito que educar é possível. [...]p. 139. Pois é através das atividades manuais e lúdicas, cogitando o imaginário que o Centro, procura viabilizar esta realidade. Neste sentido, consultamos o jornal Pestalozzi (2007) que ilustra as práticas manuais como:

O trabalho manual acompanha a vida do ser humano desde sua gênese, independente de época, cultura ou classe social. É realizando seus trabalhos, que o homem se torna apto a viver em sociedade, a se envolver com o mundo simbólico e imaginário. Por meio do imaginário, do faz-de-conta, dos símbolos, dos desafios enfrentados e vencidos, conseguimos perceber, entender e clarear todas as possibilidades de magia que esse mundo traz consigo. (Jornal texto 494)

Diante deste contexto, o CECON está preocupado em propor novas alternativas que possam melhor atender o jovem, pois "é fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal forma que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática", sendo assim, apresenta uma proposta de trabalho em forma de oficinas e vem estimulando seus jovens a participarem. Por que se pensou neste viés? De acordo com Pinto:

A modalidade de oficina propicia um espaço onde os adolescentes sentem-se acolhidos e convidados a participar, a expressar seus sentimentos e necessidades. Nesse ambiente de reflexão e diálogo, o adolescente é estimulado a assumir sua identidade, a respeitar as diferenças e a interagir com o grupo. (apud AMARAL 2005, p. 73)

Desta maneira, as oficinas com a proposta socioeducativas abrem espaços, para que os jovens manifestem essa capacidade, compartilhando problemas e expressando a vontade de mudar, sendo assim, pretendem contribuir para um novo horizonte de vida. O CECON, organizado nesta metodologia teve a oportunidade de somar às suas características um novo patamar educativo no cumprimento de medidas para adolescentes que cometeram atos infracionais.

Inicialmente, o trabalho do CECON se inclinava somente ao ensino e à aprendizagem de trabalhos manuais, passando a uma oferta diferenciada, proporcionando elementos de complementação da formação educacional, visando estimular a criatividade e a capacidade empreendedora dos educandos e, abordando o aspecto da reintegração social através do trabalho.

Sendo assim, deu-se início aos estágios remunerados. O educando passou a ser titular de uma bolsa auxílio, dando um passo para a tão estimada “liberdade”. Neste sentido de busca, Paulo Freire (1987) evidencia que:

A liberdade, que é uma conquista, e não uma doação, exige permanente busca. Busca permanente que só existe no ato responsável de quem a faz. Ninguém tem liberdade para ser livre: pelo contrário, luta por ela precisamente porque não a tem. Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho, as pessoas se libertam em comunhão. (p. 18)

Todo este esforço, de melhor atender, tem a perspectiva da autonomia e “libertação” do adolescente, vindo à esperança do rompimento com o paradigma correccional-repressivo que faz parte da história de muitos jovens usuários do sistema. Ao eleger-se nos espaços da Fundação um caminho para práticas que se priorise o educando como “sujeito de direitos” está representado na “pedagogia da presença” como descreve Costa, 2006:

O educador deve criar no dia-a-dia do trabalho dirigido aos educandos, oportunidades concretas, acontecimentos estruturantes, que evidenciem a importância das normas e limites para o bem de cada um e de todos. Só assim o educando começa a comprometer-se consigo mesmo e com os outros. É desse compromisso que nascem as vivências generosas e o calor humano, as bases do dinamismo, capazes de enriquecer e de transformar sua vida. Há uma via, um caminho, uma ferramenta de ação social e educativa preciosa para se buscar essa finalidade: a pedagogia da presença. (p. 62)

Nesta perspectiva podemos trazer a ideia do educador Gaudêncio Frigotto, (2005), trás nos seus estudos a situação do trabalho e sua relação com a produção da vida humana, a cultura, bem como, com os processos educacionais. Diz que:

Em relação ao trabalho, a luta é afirmá-lo como valor de uso e, desta forma, princípio educativo e criador. Aqui, não há porque não estimular a todas as crianças e jovens à colaboração solidária com tarefas de cuidado com a vida material, artística e simbólica. (p. 25)

O mesmo autor enfatiza que: "Trata-se de educar a criança e o jovem para participar das tarefas da produção, de cuidar da sua própria vida e da vida coletiva e para

partilhar de tarefas compatíveis com sua idade".(p. 15). Neste, contexto fica evidente a postura do CECON, em uma proposta que elege as oficinas profissionalizantes na cultura para um crescimento cidadão, longe de algo que imponha um serviço aos jovens que seja exploratório e sim de ensinamento ao trabalho.

Eis a idéia das pedagogas Craidy e Lemos, (2001) quando apontam que:

Sentir-se acolhido, reconhecido como alguém que merece consideração é a primeira condição para entrar num processo de busca de construção de si mesmo. (...) O educador é aquele que cria condições para que interações positivas se estabeleçam: do educando com as pessoas próximas, do educando com a realidade social, do educando com o saber, do educando com ele mesmo. (p. 140).

4 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

Este estudo teve como espaço de análise o Centro de Convivência - CECON. Utilizando os caminhos da coleta de dados qualitativos, já que contextualizam de maneira promissora os resultados a serem levantados. Não existe hipótese pré-estabelecida, possibilitando de forma flexível o ambiente da pesquisa, tendo o pesquisador garantias nas condições de acesso ao grupo e a análise dos dados interpretativos.

Este tipo de investigação não busca enumerar eventos, faz parte à obtenção de dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador. Conforme Martinelli, um dos pressupostos da pesquisa qualitativa é o “reconhecimento da singularidade do sujeito. Cada pesquisa é única, pois se o sujeito é singular, conhecê-lo significa ouvi-lo, escutá-lo, permitir-lhe que se revele. E onde o sujeito se revela? No discurso e na ação” (2003, p. 22). Neste sentido, procurou-se consolidar um momento de escuta que possibilitasse um elo entre pesquisador e os sujeitos da pesquisa, o estudo buscou desvelarmos o andamento da realidade institucional. “(...) há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, entre o sujeito e o objeto, entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito” (MARTINELLI, 2003, p. 35).

A investigação iniciou-se em outubro/2010, com leituras e observação do objeto de estudo, procuraram-se as relações casuais que explicassem o fenômeno. Num segundo momento, dialogou-se com os professores aprimorando o foco. Posteriormente, em novembro foram feitas as primeiras escritas à respeito do estudo. A previsão foi de realizar as entrevistas nos meses de dezembro e janeiro e posteriormente sintetizar as informações levantadas. Nos meses de junho/julho 2011, dialogar com os levantamentos e replicá-los na escrita do trabalho de conclusão de curso. Por fim, no mês de outubro, realizar os ajustes e em novembro apresentá-lo. Porém, no decorrer do trabalho, estas primeiras ideias foram modificadas, as quais serão descritas ao longo deste capítulo. Foram entrevistados, os funcionários do CECON, cerca de 30% do grupo, para termos a oportunidade de colocarmos em pauta, ou seja, problematizar o nosso trabalho. Aqui, buscamos uma opção metodológica, a qual se realizou através de conversas individuais e/ou em pequenos grupos de 2 a 3 colegas, conforme disponibilidade dos mesmos.

Também participaram da pesquisa agentes socioeducadores responsáveis pela operacionalização das medidas socioeducativas sem possibilidade de atividade externa oriundos dos CASEs de Porto Alegre⁸ (CASEs A e B). Também dialoguei com cerca de 15% do total do efetivo. É importante destacar que este número pareceu-me adequado para visualizarmos as ações ocorridas no trabalho desempenhado na instituição. Esta percepção foi elaborando ao longo do período de realização de pesquisa, tendo como princípio que se trata de uma investigação qualitativa e que este número pode ser, portanto, um bom indicador.

Durante um ano e meio, ininterruptos, foram observadas e analisadas, as atividades dos agentes socioeducadores, o que me despertou o interesse em expressar, de forma mais abrangente e científica as questões relacionadas ao cotidiano do trabalhador e as relações com a educação. Também, pude refletir sobre o atendimento que é dispensado aos adolescentes em cumprimento de MSE.

No decorrer do estudo, surgiram certos questionamentos com relação à abordagem social do Centro de Convivência - CECON , configuradas naquela realidade, tais como:

- Qual a importância do profissional do CECON e das atividades desempenhadas na questão socioeducativa?
- Quais os elementos de funcionamento do CECON que podem refletir nos demais colegas da ISPAE?
- E qual é a percepção que os agentes socioeducadores que trabalham com adolescentes em cumprimento de medida com internação sem possibilidade de atividade externa (ISPAE) têm sobre espaços que atendem os jovens com propostas pedagógicas?

Para nortear o estudo, antes de buscarmos informações frente às visões que os profissionais que não fazem parte do contexto Centro de Convivência têm do sistema sócio educativo e dos serviços prestados, foi formulado um questionário com perguntas abertas e fechadas para que os trabalhadores, inseridos no CECON (Anexo I), as respondessem. Também foram apresentados ao grupo de funcionários do Centro de Convivência, os questionários intitulados de "Pesquisa imagem CECON" e "Pesquisa de

⁸ Para preservar a identidade das unidades pesquisadas, estas neste estudo aparecem com CASEs A e B.

clima organizacional" feitas com a assessoria da EPR⁹ (anexos II e III). Através destes últimos, os socioeducadores puderam responder de que forma vislumbram as relações no Centro de Convivência. A pesquisa foi embasada na perspectiva de uma ação preventiva. O cunho desta enquete interna consiste em relacionar à dialética do CECON e seus agentes.

Sejam quais forem os resultados obtidos nesta dialética, cabe salientar que a intenção baluarte do estudo é maximizar a oportunidade de compreendermos as diferentes posições que são tomadas pelos membros no cotidiano laboral. Ou seja, explanar os espectros de opiniões, as diferentes representações sobre a real relação das ações efetuadas e a variedade do ponto de vista do grupo. O apreço desta forma de coleta de dados depura, da metodologia adotada.

De acordo com Gaskell (2002) o grupo focal possui características centrais, como "uma sinergia [que] emerge da interação social. Em outras palavras, o grupo é mais do que a soma de suas partes", bem como nele "é possível observar o processo do grupo, a dinâmica da atitude e da mudança de opinião e a liderança de opinião" (p.76).

⁹ Ressalta-se que a EPR formulou o questionário, entretanto a autora que foi á campo e aplico-os.

4.1 FORTALEZAS E FRAQUEZAS ATRAVÉS DOS DIÁLOGOS COM OS EDUCADORES

Na análise dos encaminhamentos necessários ao aperfeiçoamento das ações do CECON, partindo das informações obtidas na pesquisa realizada pela EPR apresentados ao grupo, foram estabelecidos pontos fracos e fortes. Nestes insurgiram, de maneira bem distinta, a apresentação das ameaças. (Relatório feito pela EPR, 2011 p. 20).

Ameaças:¹⁰

- Falta de apoio financeiro;
- O não encaminhamento dos jovens ao CECON;
- Falta de oficinairos;
- Falta de interesse da administração da FASE-RS quanto ao CECON;
- Falta de adolescentes.

A partir das ameaças que foram apuradas pelo grupo, apontaram-se algumas questões as quais já me inquietavam. Dentre elas a “falta de adolescentes” e/ou “o não encaminhamento dos jovens ao CECON”. Tais questões podem ser compreendidas no âmbito das concepções de MSE dos profissionais, encontradas nas conversas que realizei durante a pesquisa, os quais consideram o espaço importante, porém, pouco conhecido pelos agentes da ISPAE. Também acreditam que é um espaço “de fuga” dos “monitores” que não desejam estar nas alas do regime fechado, reforçado pelas estratégias da instituição que encaminham alguns dos trabalhadores, com alguma restrição ao trabalho nas alas (em reabilitação) para este lugar¹¹. Entre estas abordagens sobre o CECON, possibilitadas através do relatório da EPR, ficaram objetivadas as seguintes necessidades, conforme esferas:

¹⁰ Comentário a título de explicação frente aos apontamentos descritos neste estudo. Sistema FOFA:- Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças (EPR, 2011). Para este estudo o recorte utilizado foi às ameaças.

¹¹ Após os resultados oriundos das opiniões dos colegas, fez-se necessário ir à COORDENAÇÃO. De SAÚDE e RELAÇÕES do TRABALHADOR –CRST , este afirmaram que a instituição não tem uma política fechada de encaminhamento aos funcionários reabilitados; sendo assim, na ocorrência dos casos, estes são estudados e, conforme o quadro do colega, este é encaminhado a uma unidade que possa melhor acolhê-lo na atual realidade. Portanto, o CECON poderá ser uma oportunidade para aquele colega que tem aptidão com alguma técnica relacionada ao centro.

Oficinas:

- Promover a lotação máxima das turmas;
- Desenvolver as oficinas conforme o projeto das mesmas;
- Melhorar a segurança no trabalho.

Instituição:

- Aumentar a satisfação interna dos funcionários
- Atrair e reter os jovens
- Melhorar a divulgação externa do CECON
- Melhorar a Gestão do Conhecimento
- Melhorar a divulgação do CECON dentro da FASE-RS
- Promover a qualificação dos recursos humanos.

Dos itens apresentados anteriormente alguns, foram bastante relevantes para esta investigação: “Promover a lotação máxima das turmas”, por exemplo. Ao relacionarmos os dados, fica o questionamento: “Como promover a lotação máxima das oficinas se uma das ameaças é justamente que os jovens não são encaminhados ao CECON?” Outra questão relevante é a que se refere ao “medir a satisfação interna dos funcionários” e “melhorar a divulgação do CECON”.

De posse destes resultados, constantes no relatório da EPR, percebi que estes não eram suficientes, nem possibilitavam uma maior expressão dos colegas do CECON e da ISPAE sobre o seu ambiente de atuação, portanto, lancei mão de outros recursos.

Dentre eles, as próprias orientações da EPR, da orientadora deste TCC, bem como conversas com os colegas de trabalho, reformulando os questionários iniciais até chegar a um instrumento válido e eficaz para a investigação. Tecendo alguns comentários, percebi que havia dificuldades em exporem suas ideias através de um questionário fechado, redirecionando as leituras e as ações previstas para o grupo, ou seja, condicionando-as. Em sintonia com a problemática, para tanto, foi útil estabelecer um elo entre a “nossa” relação com as realidades e “nossa” maneira de nos conduzirmos.

A pesquisa buscou problematizar determinadas maneiras “tradicionais” de

pensar nossas práticas. Desacomodarmo-nos para transgredirmos os sentimentos ocultos rumo à normatização do processo. Segundo as teorias Freireanas, cujo pensamento é inspirador neste contexto, a elaboração dessa pedagogia deve ser impulsionada pelo constante processo dialógico-crítico-participativo e esperançoso, para que todos possam compreender as razões dos fatos que constituem a realidade e, assim, se engajar, de forma consciente, na luta de transformação da realidade.

Portanto a segunda abordagem teve uma proposta diferenciada em relação à primeira. Pois, tratou-se, como já apresentado, de uma conversa sobre os dados apontados no relatório feito pela EPR, na assessoria prestada à FASE. A segunda teve o enfoque na percepção quanto às questões da valorização do agente socioeducador no CECON. Sendo assim, foi direcionada, a conversa, na temática “O cuidado gera cuidado”. Para tanto, explicitarei aos participantes os objetivos desta demanda. A partir de então foi evidenciada a importância de levantarmos as informações referentes à credibilidade do nosso trabalho, entre nós.

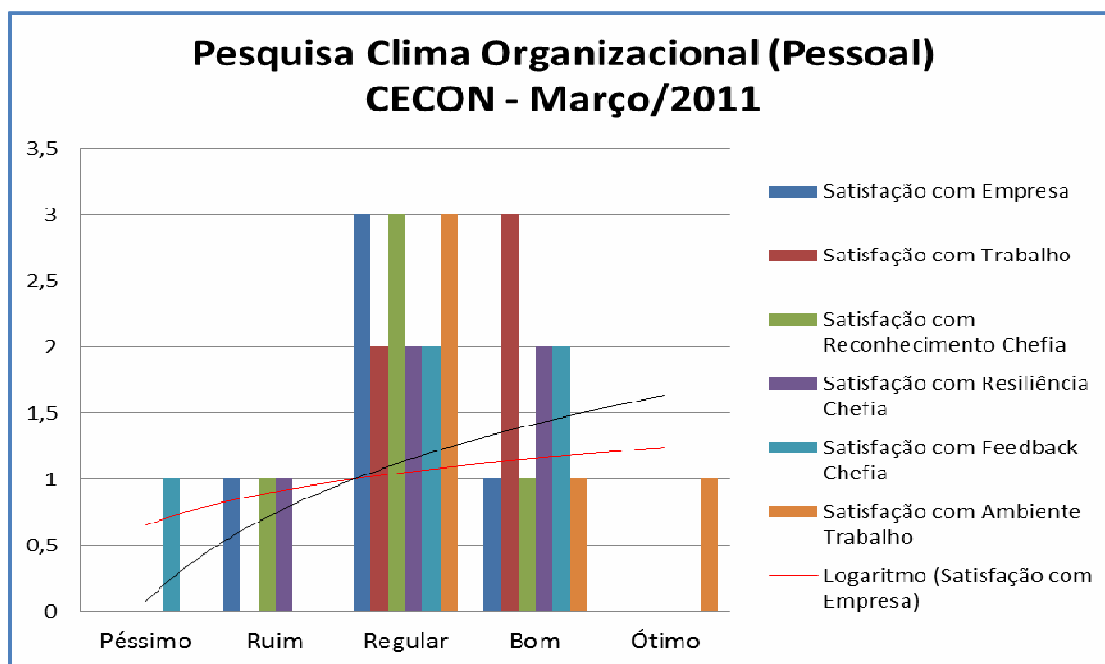
Novamente cabe salientar que a pesquisa não buscou numerar as posições frente à unidade de trabalho, mas a análise dos princípios para estabelecer-se uma nova relação com este na perspectiva funcional do agente no CECON. É com o advento de uma nova perspectiva funcional, a partir da releitura das fraquezas, fortalezas e ou ameaças que, cremos, propiciarão um novo ambiente e novas relações, sobre tudo de forma mais crítica e reflexiva. A questão mais importante é afirmar e contribuir com relevância nas práticas no cotidiano da gestão do Centro de Convivência.

A seguir estarão ilustradas as imagens quantitativas da pesquisa, cujo, o resultado oscila de maneira incongruente disposto até agora. Os índices elevados evidentes nas amostras depuram do momento situacional do servidor. Ressalta-se que no período em que foram realizadas as entrevistas, foi um momento de transição: troca de direção do Centro e mudança parcial da equipe. Acarretando certa insegurança no grupo pelo horizonte que se descortina.

Há também neste universo, inúmeras reivindicações. Entre elas, condições

mais adequadas de trabalho¹², envolvendo a formação do trabalhador, materiais, salariais, e etc. Desta forma, o agente quiçá, à externalizar as suas interjeições nas entrevistas, pois acaba por ser concretizar como um momento de escuta, dando visibilidade ao grupo em questão.

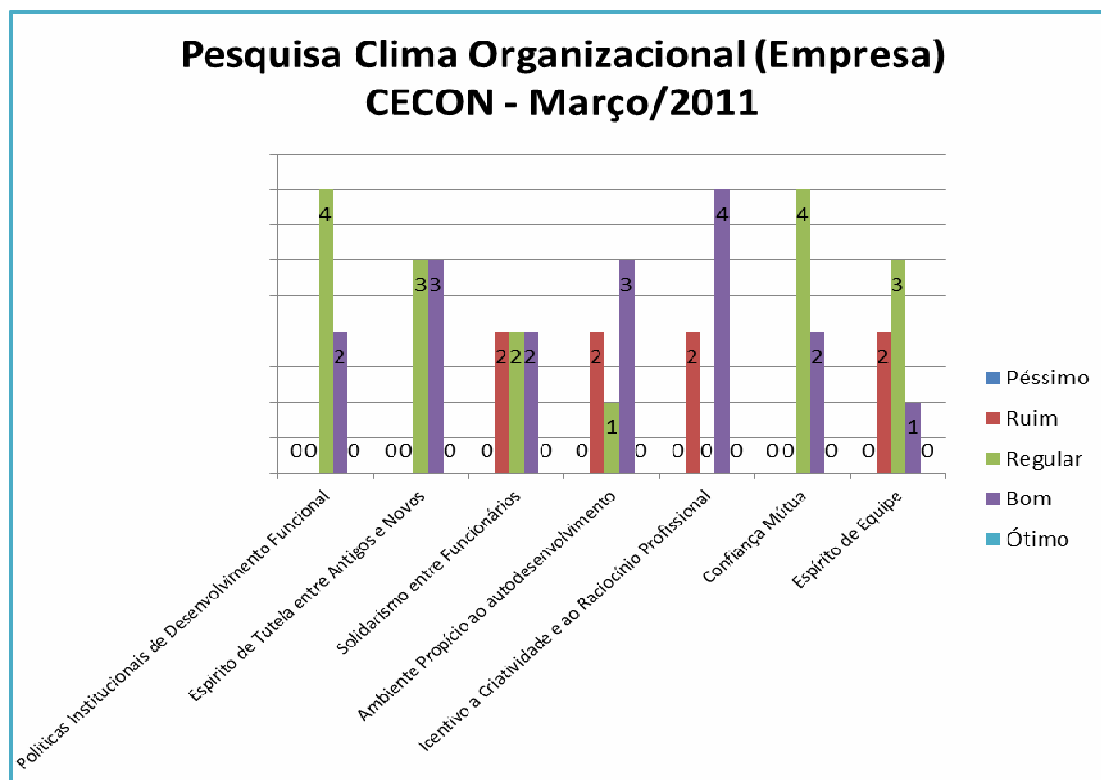
A título de ilustração a seguir, constam gráficos elaborados a partir da pesquisa qualitativa interna efetuada na instituição CECON/FASE:



Nota¹: o gráfico configura o clima institucional entre os agentes do CECON quando se referem à Fundação.

Nota²: a título de enquadramento dos resultados da pesquisa na estrutura de gráfico os temas elencados no questionário foram sistematizados por sinônimos equivalentes aos termos originais da enquete.

¹² Fonte: Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - SEMAPI/RS.



NOTA¹: o gráfico configura a opinião dos colegas frente ao clima CECOM e seus agentes.

Nota²: a título de enquadramento dos resultados da pesquisa na estrutura de gráfico os temas elencados no questionário foram sistematizados por sinónimos equivalentes aos termos originais da enquete

4.2 OUTRA ABORDAGEM: DISCUSSÕES COM OS AGENTES SOCIOEDUCADORES DO CASE E DO CECON

A segunda abordagem teve uma proposta diferenciada em relação à primeira. A primeira tratou-se, como já apresentado, de uma conversa sobre os dados apontados no relatório feito pela EPR, na assessoria prestada à FASE. A segunda teve o enfoque na percepção quanto às questões da valorização do agente socioeducador no CECON. Sendo assim, foi direcionada, a conversa, na temática “O cuidado gera cuidado”. Para tanto, explicitiei aos participantes os objetivos desta demanda. A partir de então foi evidenciada a importância de levantarmos as informações referentes à credibilidade do nosso trabalho, entre nós.

Deste modo, as novas perguntas foram:

Qual é a idéia que temos de nós mesmos?

Como nos vemos diante do CECON? Ou seja, o quê o CECON interfere em mim? E o quê eu interfiro no CECON?

Estas perguntas, abertas, buscaram promover o diálogo para podermos aprimorar a relação entre nós, para somente após este momento, poder-se ir a campo e estabelecer uma ligação como o outro, que neste caso, são os colegas da ISPAE. Conhecer as informações e relações que permeiam o ambiente de trabalho propiciará, neste contexto, um encontro com uma ação preventiva dando visibilidade à identidade da equipe, assegurando o rol das atuações e, por conseguinte possibilitando dispositivos para medirmos à interação como os demais agentes socioeducadores.

Ao proporem-se dispositivos para mediar à interação com o semelhante, ou seja, abordar os demais colegas de instituição para apurar a opinião dos mesmos, frente à realidade CECON, precisei reconhecer que tinham impressões bastante adversas. Após a segunda conversa, percebi que o funcionamento é dicotômico no que tange a uma política de união dos agentes do Centro, o que foi possível evidenciar, nas falas de dois colegas. (A e B) quando expressaram em seus depoimentos “O desejo é de termos um bom

trabalho, isto é um horizonte comum entre as diferentes opiniões” (Colega A). E “o ideal é trabalharmos juntos aos colegas e com os adolescentes, para ao final termos a sensação de estarmos presentes na convivência uns com os outros, ou seja, de ter-se a certeza que o convívio e as aprendizagens passaram por nós” (Colega B).

A ideia de união da equipe, a grosso modo, é caracterizada por sazonal. Sendo assim, sempre que requisitados não medem esforços para atingirem as metas propostas e, sobretudo há uma mobilização para obter uma aproximação educativa junto aos adolescentes. Por conseguinte, esta é a luta que trata o trabalho, ou seja, apresentar que o Centro de Convivência é um local engajado na busca do anúncio rumo a ações educativas para os jovens em cumprimento de medida.

Tomando por base as percepções e indagações prevalentes em diálogos e argumentações de colegas e terceiros junto à esfera CECON, anui-se que as vertentes, embora divergentes em teor e formulação empregada para caracterizar o invólucro CECON, tendem a uma similaridade conceitual em dois pontos qualitativos, quer seja, um positivamente e outro negativamente. Contudo, de maneira geral, as conjeturas e conclusões dos avaliados possibilitam atingir-se o apogeu em termos de fatores satisfatórios.

São evidentes os tópicos arcabouços do múnus institucional do Centro de Convivência contextualizados durante a abordagem dos entrevistados, pois inferem com veemência a relevância do CECON, mesmo quando enfatizada de maneira crítica. É saliente a tenacidade do impacto ocasionado pelas virtudes guarnecidas pelo CECON e utilizadas para gerenciar os ideais preconizados pelas diretrizes magnas atreladas ao âmbito socioeducativo.

Com intuito de melhor idealizar-se o epílogo enfatizado, citar-se-ão alguns diálogos proferidos pelos atores da pesquisa.

Quando perguntado aos colegas do CECON: qual é relevância social do Centro?

Respondeu o colega “C”: “Proporcionar um espaço de convivência entre os adolescentes, bem como auxiliá-los na preparação profissional, sendo uma oportunidade dos adolescentes sair da ociosidade, além do crescimento pessoal e profissional”.

Colega “D”: “O CECON tem sua maior importância quando atinge um bom serviço para a FASE, e para os adolescentes”.

Colega “E”: “O CECON pode e deve ser uma referência na socialização dos jovens da FASE, complementar à influência do atendimento socioeducativo do sistema”. E “Um suplemento visando reforçar os valores de cidadania e sociais de um modo abrangente”.

Quando perguntado aos demais colegas da ISPAE: Quando falamos em CECON, qual a imagem que o (a) senhor (a) tem sobre a eficiência do Centro?

Respondeu o **colega I:** “sendo agente socioeducadora, vejo o quanto tem apresentado um resultado positivo em relação aos adolescentes, pois os que têm a oportunidade de frequentar os cursos estão sempre dispostos e ansiosos para os mesmos”.

A mesma colega enfatiza que muitas vezes: “infelizmente, fica claro a utilização do CECON como uma válvula de escape, para quem não quer trabalhar dentro dos CASEs, por muitos que integram a equipe do Centro”. Pois, “tais pessoas estão tirando o lugar de quem realmente poderia estar contribuindo para um trabalho produtivo”. E conclui que: “este lugar não pode virar um amontoado de gente que já passou por vários locais e agora está ali, como última alternativa”.

Neste momento, a colega emerge na sua visão, cujo, o crédulo é que a equipe CECON não esta disposta em atender os adolescentes no regime de ISPAE e principalmente visto como um depósito de reabilitados. Bom, como visto anteriormente, o Centro é uma oportunidade para todos os funcionários que obtenham alguma aptidão para o exercício na modalidade de oficina, estando este reabilitado ou não.

Colega II: “penso que deveria atingir um número maior de adolescentes em cumprimento de medida de ICPAE, pois os que têm a oportunidade de participar dos cursos passam a satisfação que [eles] têm pelas as atividades, causando certa frustração em quem não participa”.

Colega III: “Acho um espaço organizado, sério, que valoriza e prepara os adolescentes, bem como melhoram a autoestima dos mesmos”.

Colega IV: “Boa”.

Colega V: “Como não conheço, prefiro não fazer comentário”.

Colega VI: “Um monte de pessoas que não querem ficar em CASEs ou não conseguem lotação nas unidades”. Tendo como visão geral e sendo o que o colega diz ouvir habitualmente sobre o Centro. Mas, concluiu que em sua opinião: “Propiciar aos adolescentes reinserções graduais e sadia em ambientes diferenciados e que oportunizem uma integração”. Novamente, percebemos opiniões que se equivalem num olhar positivo e negativo (I e VI).

Colega VII: “Penso que o CECON consegue desempenhar as suas atividades e eventos de forma séria e satisfatória”. Também relata que: “Pautando as ações por princípios básicos (transparência e respeito), coisas muito importante, mas, que às vezes são esquecidas”.

Colega VIII: “Precisaria conhecer melhor o CECON, quase não vou ao Centro de Convivência”.

Colega IX: respondeu sobre o quanto é informado sobre o centro: “muito pouca informação”, ou seja, “não faço ideia de muitos cursos que existem lá”. Também, a colega acrescenta que: “deveria ter algo dirigido aos funcionários” e sugeriu que: “deveria existir, mensalmente um informativo sobre o CECON”.

Colega (nota) X: “Acho muito importante, sua finalidade principal é o desenvolvimento pessoal e social do adolescente. Temos que nos preocupar com a sociedade que queremos para o amanhã e, por isso deve começar a ser construída ainda hoje. As oficinas tanto dentro da instituição, como, fora se preocupam em suprir as deficiências institucionais em relação ao cumprimento de suas finalidades, ocupar a ociosidade detectada com atividades de desenvolvimento e reflexão, gerar o interesse nos adolescentes na realização de atividades diferentes das realizadas diretamente a sua realidade, muitas vezes gerando renda que lhe permite auxiliar a família garantido assim um espaço no mundo do trabalho. E uma proposta positiva e fico feliz que as iniciativas não partem somente de agentes externos à instituição”.

Ao escrevermos para nos (re) conhecermos temos a um momento de reflexão e podemos constatar tal cenário nas respostas devolvidas pelos entrevistados quando

aplicada a pesquisa. Em primeiro plano, encontram-se as assertivas delineadas pelos funcionários do próprio CECON; do outro lado, os demais envolvidos, porém “estranhos” ao ambiente CECON. Ambos os hemisférios correlacionam-se de forma antagônica, mas possuem conceituação final equânime, já que vislumbram a relevância desse espaço junto à clientela socioeducativa.

Tais questões foram pensadas e expostas para locupletar este momento que visa o presente como algo realmente singular na vida, pois não procuramos o passado dos jovens e nem temos a pretensão de palpitar sobre o futuro destes adolescentes em MSE, mas temos e devemos aprender sobre os processos que envolvem nosso laboro, afim de que este não seja inócuo aos resultados em favor de toda a sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A caminhada teve a proposta de saber como as nossas ações refletem diante dos demais e possibilita um horizonte factível para entrelaçarmos a linguagem que prima pelo bom andamento do exercício laboral. O conjunto deste empenho desencadeou a investigação acerca da opinião dos colegas frente à realidade do Centro de Convivência. E, principalmente, priorizou a impactante experiência de (des) continuidade das ações efetuadas, tirando-nos do comodismo circunscrito, fato decorrente de nosso trabalho.

As falas dos agentes imbuídos ou não no contexto do CECON protagonizaram, ao longo desses anos, o nascimento da “imagem” do Centro de Convivência. Deste modo, a peculiaridade das exposições de ideias está definitivamente a ela ligada. Uma só imagem pode dizer várias coisas com inúmeras perspectivas. Dentre elas, a oportunidade de olharmos para o cotidiano, salvo a importância dos profissionais, dentro do ambiente dos privados de liberdade, ou seja, a valorização categórica, pois, conforme as atuações, nós mesmos desacreditamos da proposta.

A compreensão dos profissionais que trabalham na FASE, sobre diferentes funções lá desempenhadas, é tendenciosa: o trabalho efetuado pelos profissionais do CECON é ofuscado, pois desconfiam da intervenção socioeducativa que não seja o cárcere, subentendendo que o manejo utilizado no Centro não seja apropriado para facultar a internação. Tal desconfiança é fruto remanescente da antiga “doutrina de situação irregular”. Pelo reordenamento ser recente, carece de uma ampla política que semeie não somente nas falas, mas também nas ações, assim como nos espaços físicos a nova implementação do ECA, do SINASE e do PEMSEIS.

Assim, nesta seção, pensamos que é necessário esclarecer alguns pontos: O CECON é uma unidade de atendimento diferenciado, pois oportuniza a integração dos agentes socioeducadores aos adolescentes e familiares, contribuindo efetivamente na situação de transição dos jovens, rumo ao retorno para casa, bem como para o convívio à sociedade.

Nesta perspectiva, deseja-se que a Fundação seja somente um momento na

vida destes jovens. O agente que atua com este pensamento fortalece a perspectiva da garantia de direitos do adolescente em cumprimento de MSE, através de seu trabalho. Pois se cada um dos profissionais perceber a necessidade “do cuidado”, procurando não tornar o contato tão impessoal, o momento poderá ser de construção para ambos e, sobretudo, quiçá ao mecanismo de algo que é para todos e não para alguns, onde, ao final de tudo isso, se possa vir a projetar de maneira digna um futuro. Caso esta aproximação ocorra, acredito que se possibilitará amenizar possíveis tensões entre as realidades das unidades e atuações constantes no espaço CECON.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Marta Araújo. **Oficinas de Sexualidade: Uma Abordagem Ampliada para se Trabalhar com Adolescentes**. Anais do 8º Encontro de Extensão da UFMG Belo Horizonte – 03 a 08 de out. 2005.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. (Lei nº 8.069/1990). Convenção sobre os Direitos da Criança. 3ª Edição.

BRASIL. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE**. Brasília-DF: CONANDA, 2006.

Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta (orgs.) Dora Henrique da Costa, Eunice S. Trein, Francisco José da Silveira Lobo Neto, José Rodrigues, Lea Carvalho, Lia Tiriba, Ronaldo Rosas Reis, Sônia Maria Rummert.: **A experiência do trabalho: e a educação básica DP&A**, 2005, 2. ed.; p. 15; 25.

CRAIDY, Carmem; GONÇALVES, Liana. **Medidas Sócioeducativas da Repressão à Educação**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2005.

Direitos da Criança: **CNJ avalia internação de adolescentes em conflito com a lei**. Disponível em: <http://www.direitosdacrianca.org.br/em-pauta/2011/cnj-visita-unidades-de-internacao>. Acesso em 08/10/2011

EPR Consultoria: **Planejamento Estratégico do Centro de Convivência da FASE-RS**. Coordenadores: Amanda Machado Krug e Miguel Bittarello. UFRGS, 2011.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Programa de Execução de Medidas Sócio-educativas de Internação e Semiliberdade do Rio Grande do Sul FEBEM/RS (PEMSEIS)**. In: Planejamento Estratégico 2000-2002. Porto Alegre, FEBEM/RS, 2000.

FERREIRA, Luiz Antonio Miguel. **A Indisciplina e o Ato Infracional**. Jornal do Projeto Pedagógico. Disponível em: http://www.udemo.org.br/JornalPP_01_06IndisciplinaAtoInfracional.htm. Acesso em 01/05/2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 11.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Disponível em: http://paulofreirefinland.org/wp-content/uploads/2007/02/pedagogia_do_oprimido.pdf. Acesso em: 20 jul. 2011.

GASKELL, G. et. Al. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático**. Tradução Guareschi, 3ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

GOHN, M. da Glória. **Educação não formal e cultura política**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Educação não formal e o educador social**: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.

História da Educação: Revista Educação. Paulo Freire. São Paulo: Segmento, Vol. 4. 2010.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO. (Lei nº 9394/96 título II parágrafo 205).

Disponível em: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Coordenação de Biblioteca. <http://bd.camara.gov.br> . Acesso em: 05/04/2011.

MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1999.

MINAYO, Maria Cecília. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

OLIVEIRA, Salete Magda de. **A Moral Reformadora e a Prisão de Mentalidades: Adolescentes Sob o Discurso Penalizador**. São Paulo em Perspectiva, vol. 13, nº 4, São Paulo, oct/dec 1999. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000400008. Acesso em 24/04/2011.

Revista do ILANUD nº 14. **Adolescentes em Conflito com a Lei**. São Paulo, editora UNICAMP, 2001.

Revista do ILANUD nº 20. **Defesa de Adolescentes: O papel da Universidade**. São Paulo, editora UNICAMP, 2002.

Socioeducação: **Estrutura e Funcionamento da Comunidade Educativa**. Brasília, 2006.

VOLPI, M. **Adolescente e Ato Infracional**. São Paulo: Cortez, 1997.

PESTALOZZI. **Jornal da Pestalozzi**. Associação Pestalozzi de Niterói. Disponível em: http://www.pestalozzi.org.br/ASPX/jornal_zoom.aspx?texto=494, acesso em 04/03/2011.

ANEXOS

CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

Prezado(a): COLEGAS

Esta pesquisa, **TÍTULO: O agente socioeducador no espaço do Centro de Convivência da Fundação de Atendimento Sócio Educativo-FASE/RS: diferentes concepções de uma mesma atuação, será desenvolvida por meio da aplicação de** COLETA de dados através de QUESTIONÁRIOS com perguntas abertas e fechadas **aos** Agentes socioeducadores (colegas das unidades de Porto Alegre)e OFICINEIROS do CECON. **Estas informações estão sendo fornecidas para subsidiar sua participação voluntária neste estudo que visa objetivo de explicar** o contexto em que se situa o laboro, o que "incomoda" e o que "desacomoda". Trata-se de um estudo á frente da perspectiva situacional do agente sócioeducador. Em qualquer etapa do estudo, você terá acesso ao investigador para esclarecimento de eventuais dúvidas. Contato: **Adriana Tavares**, telefone 93266228, endereço eletrônico: **and.tv@ig.com.br**. É garantida aos sujeitos de pesquisa a liberdade da retirada de consentimento e o abandono do estudo a qualquer momento. As informações obtidas serão analisadas em conjunto com outros sujeitos da pesquisa, não sendo divulgada a identificação de nenhum participante. Fica assegurado, também, o direito de ser mantido atualizado sobre os resultados parciais da pesquisa, assim que esses resultados chegarem ao conhecimento do pesquisador. Não há despesas pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação. Comprometo-me, como pesquisador principal, a utilizar os dados e o material coletados somente para esta pesquisa.

EPR

"Pesquisa imagem CECON"

O objetivo deste questionário anônimo é coletar as opiniões dos funcionários da FASE-RS sobre a imagem institucional do Cecon.

Os resultados darão condições de refletir sobre a qualidade do centro, bem como definir as principais responsabilidades do Cecon e planejar futuras divulgações. Portanto, a seriedade nas respostas às questões é de suma importância.

1. O(A) senhor(a) conhece o Cecon (Centro de Convivência)?

Sim

Não

2. Quando falamos em Cecon, qual a imagem que o(a) senhor(a) tem sobre a eficiência do centro?

3. Qual o(a) senhor(a) julga ser a função principal do Cecon?

Ser o último passo para a reinserção dos adolescentes na sociedade, através de um atendimento individual com oficinas de artesanato e qualificação profissional

Oferecer cursos de artesanatos para os adolescentes

4. O(A) senhor(a) julga importante a passagem do jovem pelo Centro de Convivência, sempre que possível?

Sim

Não

5. Como o(a) senhor(a) julga ser a credibilidade do centro?

Centro sério e de credibilidade

Centro com baixa ou nenhuma credibilidade

6. O(A) senhor(a) se julga satisfeito com os serviços prestados pelo Cecon?

Serviços muito bons

Serviços bons

Serviços ruins

Serviços muito ruins

7. Como o(a) senhor(a) julga a disponibilidade de informações sobre o Cecon?

Muito boa

Boa

Ruim

Muito ruim

8. Qual o seu nível de interesse em informações sobre o Cecon?

Muito interessado

Interessado

Desinteressado

Muito desinteressado

9. Com que frequência o(a) senhor(a) vê notícias, comunicados ou tem informações relacionadas ao Cecon?

Frequentemente

Raramente

Pesquisa Clima Organizacional

Numerar de 0 a 5 (5 representa o grau máximo de concordância com o item):

Parte I - Pessoal	Nota
1. No geral, seu grau de satisfação na empresa hoje é	
2. Com relação ao trabalho que você faz, seu grau de satisfação	
3. O reconhecimento que a diretoria/coordenação lhe dá pelo seu bom desempenho no trabalho deixa você satisfeito	
4. Você está satisfeito com a vontade que o seu coordenador tem em escutá-lo e trocar idéias com você	
5. Você está satisfeito com as informações que o seu coordenador lhe dá a respeito do que está acontecendo na empresa	
6. Você está satisfeito com as condições físicas do seu trabalho	
Parte II - Empresa	
1. A coordenação do Cecon se esforça para que funcionários gostem do trabalho que fazem	
3. As políticas do Cecon ajudam no desenvolvimento de seus funcionários	
4. A coordenação está disposta a gastar tempo e recursos para que os funcionários aprendam e se desenvolvam	
5. Os colegas mais experientes têm vontade de ensinar o serviço para os mais novos	
6. Quando algum funcionário mostra falta de alguma habilidade, os colegas mais experientes ajudam-no a aprender, ao invés de ignorá-lo	
7. A coordenação acredita que as pessoas podem mudar e se desenvolver em qualquer momento ou situação	

8. Os funcionários do Cecon ajudam-se uns aos outros	
9. Os funcionários geralmente discutem problemas pessoais com seus superiores	
10. No Cecon há um clima propício para que os funcionários aprendam e se desenvolvam	
12. A coordenação faz o possível para identificar e usar todo o potencial que os funcionários possuem	
14. Quando um funcionário faz um bom trabalho, o seu coordenador preocupa-se em percebê-lo e reconhecê-lo	
15. Os funcionários são incentivados a ser criativos e tentar novas idéias	
16. Quando um funcionário comete um erro, o seu superior procura entender o que aconteceu e ajuda a pessoa a “aprender com o erro”, ao invés de punir ou repreender a pessoa	
17. As fraquezas das pessoas são comunicadas a elas de uma maneira não ameaçadora	
18. A coordenação sabe fazer críticas construtivas que permitem que a pessoa se desenvolva	
19. Quando um funcionário termina um treinamento, ele encara esta atividade com seriedade e tenta aprender o máximo possível	
20. Quando um funcionário termina um treinamento, a empresa incentiva-o a aplicar e usar o que ele aprendeu	
21. Os funcionários recebem treinamento quando alguma necessidade é percebida	
22. As pessoas que trabalham no Cecon confiam umas nas outras	
23. Os funcionários não têm medo de discutir o que pensam com seus superiores	
25. Os funcionários são incentivados pela coordenação a tomar decisões e ter iniciativa sem esperar ordens superiores	
28. No Cecon existe “espírito de equipe” entre seus funcionários	
29. Os funcionários discutem problemas abertamente e tentam resolvê-los, ao invés de acusar os outros ou fazer fofocas	
30. Os planos futuros da empresa são comunicados aos colaboradores para que estes possam se desenvolver e se preparar	
31. O Cecon se preocupa com o bem-estar dos seus funcionários, para que eles possam dar o máximo no trabalho que fazem	

Data: ____ / ____ / _____

Questionário interno: aplicado aos agentes do CECON

Caro colega,

1 QUAL É NA SUA VISÃO A RELEVÂNCIA SOCIAL DO CECON?

2 DESCREVA POR GENTILEZA AS CARACTERÍSTICAS BÁSICAS AS QUAIS FORAM PESANDAS PARA A REALIZAÇÃO DA ATIVIDADE DA "QUINTA CULTURAL".

3 Os funcionários do CECON ajudam-se uns aos outros?

Sim () ou Não (). Por quê?

4 No cotidiano das ações trabalhadas responda: o quê o CECON interfere em mim? E o quê eu interfiro no CECON? Ex. Ações positivas e negativas.